

4 Ceticismo antigo e linguagem

Burn after reading
(Ethan Coen e Joel Coen)

4.1 O afásico fala

Duvidar da linguagem está longe de ser trivial – mesmo para um cético. Conforme vimos ao final do capítulo anterior, dentre as várias críticas sofridas pelos pirrônicos, os dogmáticos insistem no ponto de que *o cético não pode agir*; de que *ele não é coerente*. Outro motivo pelo qual o cético sofre a acusação de incoerência é por ele *usar* a linguagem, a despeito de seu ceticismo.

O peripatético Aristocles de Messena já havia reconhecido inconsistência no ceticismo, observando que o cético *entende* a linguagem (Eusebius, *Preparation for the Gospel* XIV, XVIII; cf. Groarke, 2006, p.15). Já citamos um fragmento dele, em que Tímon expõe o pensamento de Pirro. Trata-se de passagem a que precisamos voltar aqui:

Tímon, pupilo de Pirro, afirma que levará uma vida feliz aquele que levar em conta as seguintes três coisas: primeiro, como são, por natureza, as coisas; segundo, que atitude devemos ter para com elas; finalmente, qual benefício de adotar-se tal atitude. Diz ele que Pirro declara serem as coisas igualmente indiferentes, indetermináveis e indecidíveis, de vez que nem nossos sentidos e nem nossas crenças são verdadeiros ou falsos. Por essa razão, não devemos confiar neles, permanecendo, em vez disso, sem crenças, sem inclinações e indiferentes, dizendo de qualquer coisa que não mais é do que não é, ou que tanto é quanto não é, ou que nem é e nem não é. Afirma Tímon que, para aqueles que adotam esta atitude, o benefício é, primeiro, o não afirmar [*aphasia*] e depois a tranqüilidade (Aristocles, em Eusebius, *Preparation for the Gospel* XIV, XVII 2-4).¹

A passagem de Aristocles, com seu hermetismo (especialmente no trecho final), é passível de muitas traduções – e, conseqüentemente, interpretações. Vamos nos voltar a ela focando na questão da linguagem, presente em vários pontos. Pirro declara as

¹ Tradução nossa a partir de Annas e Barnes (2003) e Brunschwig (1997).

coisas “igualmente indiferentes, indetermináveis e indecíveis” e, depois, além de recomendar que se permaneça sem crenças nem inclinações e indiferente, sugere que se observe o discurso, numa espécie de imperativo discursivo negativo, “dizendo de qualquer coisa que não mais é do que não é, ou que tanto é quanto não é, ou que nem é e nem não é”. Daí a linguagem aparecer na sua falta, ou seja, na *afasia* – ponto que tanto nos interessa para os fins desta tese. Nesse caso, para aqueles que seguem os conselhos de Pirro para se levar uma vida feliz, um primeiro resultado benéfico é o *não afirmar*. Aqui, a primeira observação que temos de ter em mente é que a afasia não corresponde necessariamente a um calar.

Precisamos lembrar que o *alfa* no grego antigo tinha o sentido de negação, sobrevivente no português, mas que na linguagem corrente não necessariamente significava a privação completa, conforme nos ensina Aristóteles, em passagem da *Metafísica*:

Um afixo negativo pode significar “ter alguma coisa em pequeno grau” (e isso significa tê-lo em um sentido imperfeito) (...). Pode significar ter “não facilmente” ou “não tão bem”; por exemplo, “incortável” significa não só aquilo que não pode ser cortado, mas aquilo que não pode ser cortado facilmente ou bem (*Metafísica* 5.1022b-5.1023a).²

Pirro, quando se referia à afasia, era no sentido de um cuidado extremo no uso das palavras, mas não de uma total mudez. De modo que não há contradição ou incoerência em se dizer apesar da recomendada afasia – porque não é preciso calar. A palavra *afasia* era então empregada para indicar uma forma de *não-asserção*, ou seja, um modo de proferir um discurso esvaziado de crenças. A não-asserção é, para Pirro, o melhor que se pode fazer em termos lingüísticos – se o objetivo for a felicidade. É o que confirma Pellegrin:

Uma vez que estaremos nesse estado de indiferença com relação às coisas, nós esperamos a *afasia*, que não é em nenhum caso o mutismo ou o silêncio místico que preconizavam os pitagóricos ou os sábios orientais, mas a suspensão de todo uso assertório da linguagem (1997, p.26).

Silenciar não é, pois, a resposta pirrônica. O pirrônico fala, ainda que de *certa* maneira. O discurso é praticado pelo cético, nada o impede de falar. A falta de preocupação vem logo depois da falta de asseveração, de acordo com Tímon.

² Tradução nossa a partir de Ross (2007); cf. Brunschwig (1997).

O exame dessa remota passagem sobre o pirronismo já abre espaço para reconhecermos, preliminarmente, a presença de uma tensão entre diferentes imagens da linguagem no pensamento cético: se, por um lado, a *afasia* recomendada no pirronismo sugere inequivocamente uma renúncia à idéia da linguagem como instrumento de representação do mundo, por outro, ainda parece supor um viés instrumentalista: reconhece no usuário da linguagem, o falante, o poder de manipular a linguagem, atribui-lhe uma espécie de controle *externo*, um *querer-dizer* logicamente anterior ao dizer, manifesto em imperativos do tipo “não invista as suas frases de qualquer valor assertório”; “não ponha no que fala qualquer crença”. O que é asserção e o que não é se decidiria, sob esse ângulo, na *intenção do falante*.

Confrontando essa posição com uma perspectiva radicalmente pragmática, como é o caso da wittgensteiniana vista no capítulo anterior, percebemos que são visões de linguagem inconciliáveis, sob esse ponto de vista.

Ao mesmo tempo, veremos que esse tipo de *intencionalismo* que pode ser discernido na passagem de Aristocles de Messena está longe de ser uma concepção estável e pacífica no ceticismo antigo. Assim, encontraremos também indícios contrários, sugestivos de que a assertividade seria uma propriedade *da linguagem*, geradora de embaraços para os falantes, uma espécie de *defeito* da linguagem a ser tolerado e mitigado da melhor maneira possível. Temos então de voltar a outra citação importante já feita nesta tese: vimos que Enesidemo teria dito, de acordo com Photius, que: “O pirrônico não determina nada, e que ele não determina nem mesmo isso, que ele não determina nada”. O que omitimos naquela ocasião, e que ele ainda teria completado, expomos em seguida: “Não tendo meios de exprimir o que pensamos, adotamos essa linguagem” (*apud* Brunschwig, 1997, p.308). O tipo de insatisfação com a linguagem aqui insinuado ganhará expressão mais explícita, muitos séculos mais tarde, na voz de Montaigne, para quem igualmente a natureza assertiva de nossa linguagem seria um percalço que o cético tem de enfrentar. O que os pirrônicos necessitam, diz ele, é de uma *linguagem negativa*, uma nova linguagem, na qual possam formular suas dúvidas, sem dar a elas um caráter positivo (cf. *Essais* II; Popkin, 2000; Spinelli, 1991).

Em todo caso, se Pirro pensava que a não-asserção era o passo anterior à ataraxia e se Enesidemo dava mostras de se utilizar da linguagem à falta de meio melhor, resta ver o que disse Sexto Empírico sobre a linguagem. Porque ainda que a afasia pirrônica não fosse equivalente ao silêncio completo, é verdade que Pirro nada escreveu. Mas,

felizmente, contrariando o exemplo de seu mentor, Sexto Empírico nos legou seus escritos. O que pareceria uma dupla incongruência por parte do cético: pôr-se a escrever e, ainda por cima, sobre seu modo de filosofar, que não se pretende uma doutrina. Vejamos.

4.2 Sexto Empírico e a linguagem: panorama geral

4.2.1 Sexto Empírico e os signos estóicos

Em mais de uma ocasião, Sexto Empírico associa linguagem a *sêmeion*.³ Contudo, um cuidado que devemos ter é perceber que essas associações são em certo sentido *dogmáticas* – não tanto posições defendidas por Sexto, mas antes pontos de vista provisoriamente ocupados, para fins de argumentação. Isso quer dizer que, quando Sexto expõe os argumentos sustentando a existência do signo – e, nesses casos, *signo* pode ser entendido como metonímia para *linguagem* –, ele o faz com o fim de estabelecer um conflito entre argumentos opostos, já que sua defesa da existência do signo logo é igualada e neutralizada pelo argumento dogmático oposto, que defende a inexistência do próprio. Assim, ele anuncia mesmo a aporia em que se encontra aquele que nega totalmente o signo por conta de tal associação:

E se nada é um signo de nada, as palavras proferidas contra o signo ou significam algo ou não significam nada. Se não significam nada, tampouco vão destruir a existência do signo; porque como as palavras que não significam nada podem ser dignas de confiança quanto a não existência de um signo? E se as palavras significam <algo>, os céticos são tolos em verbalmente rejeitarem o signo quando na verdade estão aceitando-o (M VIII 279; cf. PH II 130).

Nessa passagem, Sexto reproduz o argumento dogmático que assegura a significância dos signos – e, logo, que se possa fazer uso do discurso: se assim não fosse, mesmo aquele que proferiu o discurso estaria se contradizendo o tempo todo. Daí se chega a um reconhecimento de que, se o signo for completamente destruído, toda argumentação, todo uso da própria linguagem, todo discurso cessariam imediatamente.

³ Glidden entende que *signos* e *sinais* estão contidos na extensão do *sêmeion* de Sexto Empírico (o que não aconteceria nem em Enesidemo, nem entre os estóicos). Preferimos traduzir por *signo* (1983, p.237).

Sexto também reproduz a máxima de que “Se um signo existe, um signo existe; se um signo não existe, um signo existe” (PH II 131): tanto faz se afirmar a existência quanto a inexistência do signo, o fato é que ele sempre existirá. Afinal de contas, sempre vai haver um signo que diz da inexistência de qualquer signo (M VIII 281).

Nesta tentativa de compreender a posição sobre a linguagem oferecida pelo pirrônico em *Contra os gramáticos*, precisamos, em todo caso, considerar como Sexto Empírico lidou com a noção de signo (*sêmeion*). Sexto se volta para o estudo da natureza dos signos nas *Hipotíposes pirrônicas* (PH II 97-133) – em passagem que compreende duas seções, 10 e 11, respectivamente intituladas “Signos” e “Existem signos indicativos?” –, e no segundo livro de *Contra os lógicos* (M VIII 141-299), compondo duas longas refutações. Sexto entende que há dois sentidos para o termo *signo*, um geral e outro particular:

O termo “signo”, então, tem dois sentidos, o geral e o particular. No sentido geral ele é aquilo que parece fazer alguma coisa evidente (...) e no sentido particular significa aquilo que é indicativo de um objeto não-evidente; e é o último que nos propomos no presente investigar (M VIII 143).

Para os estóicos, signo é aquilo por meio de que se apreende uma outra coisa. A discussão dos signos em Sexto Empírico é apoiada na distinção feita pelos estóicos entre coisas evidentes e não-evidentes. As coisas evidentes são aquelas que são percebidas involuntariamente. Conhecidas e flagrantes por si mesmas, não precisam de prova (M VIII 392). São imediatamente e por elas mesmas apresentadas aos sentidos e ao intelecto. Assim, não precisamos de qualquer arte para nos persuadir do fato de ser dia neste momento; de que estamos conversando agora; de que isso é um homem; de que aquele que foi pego em flagrante delito de morte é um assassino (M II 65; M VIII 144, 316). Daí que, de acordo com os dogmáticos, as coisas evidentes não precisam de nada que as ponha à mostra: não é preciso haver signos para conhecê-las.

Mas as coisas não-evidentes, que não são apreensíveis por elas mesmas, são de outro caráter e, por isso, um pouco mais complexas, já que compreendem ainda outra subdivisão. Elas são classificadas em:

- (a) totalmente não-evidentes;
- (b) ocasionalmente não-evidentes;
- (c) naturalmente não-evidentes.

Os objetos totalmente não-evidentes são aqueles que não são de uma natureza tal que possa ser apreendida por nós. Eles ficam completamente escondidos – assim, nos é totalmente obscuro se as estrelas são em número par ou ímpar e qual o número dos grãos de areia do deserto libanês (PH II 97 e M VIII 147). São totalmente não-evidentes à *nossa* natureza e prescindem de signos porque não são apreensíveis de modo algum por nós.

Os objetos ocasionalmente não-evidentes são aqueles que, embora evidentes por natureza, ficam momentaneamente não-evidentes a nós devido a certas circunstâncias externas, alheias à sua própria constituição. O exemplo de Sexto Empírico é interessante: a cidade de Atenas que, naquela ocasião em que ele próprio não estava lá, não lhe era aparente (PH II 98 e M VIII 145).

Finalmente, os objetos naturalmente não-evidentes são aqueles que são perenemente escondidos e cuja própria natureza não permite que sejam claramente apreendidos por nós. Os exemplos reproduzidos por Sexto são os poros do corpo humano (PH II 98), e a existência (defendida por certos físicos) de um vazio infinito fora do universo (M VIII 146).

Dada essa classificação, tem-se que nem todo objeto requer um signo. Como os objetos evidentes, também os totalmente não-evidentes não precisam de signo. Afinal, se os primeiros são apreendidos por si mesmos, os outros não são apreensíveis de jeito nenhum. O signo, de acordo com a argumentação apresentada por Sexto, só pode ser necessário para dar a conhecer as coisas natural ou ocasionalmente não-evidentes (PH II 97-99 e M VIII 147-150).

Para os estóicos, são também dois os tipos de signo existentes, já que são duas as classes de coisas que precisam ser reveladas por signos: (i) os *Mnemônicos* (ou *evocativos*, ou *comemorativos*; *hypomnestika semeia*), que revelam objetos ocasionalmente não-evidentes; e (ii) os *Indicativos* (*endeiktika semeia*), para o caso de objetos naturalmente não-evidentes (PH II 99 e M VIII 151).⁴

É o modo de designar dos dois signos que os difere. No caso dos mnemônicos, é o hábito que faz a conexão entre signo e objeto, revelando algo; e, no dos signos

⁴ Glidden coloca em questão se foram mesmo os estóicos que conceberam os signos mnemônico e indicativo. Diz ele que: “Embora nem Sexto nem qualquer outra autoridade antiga atribua o signo mnemônico aos inventores do signo indicativo, seja lá quem eles possam ser, em anos recentes tem-se tornado um dogma incontestado que ambas as distinções foram inventadas pelos estóicos” (1983, p.247, n.39).

indicativos, é uma conexão racional entre signo e objeto que torna observável o que antes era inobservável.

Segundo Sexto Empírico, os estóicos definiam os signos mnemônicos como estando mentalmente associados à coisa significada, e claramente ligados no momento da percepção, em virtude de uma experiência passada em que a coisa significada é *rememorada* através da coisa percebida. Assim, a fumaça é o signo mnemônico do fogo, já que, como freqüentemente observamos, eles estão conectados um ao outro: ainda que o signo mnemônico (fumaça) não coloque em evidência a coisa significada (fogo), ele sugere essa coisa que é a ele associada e faz significar – fogo. Assim que nos deparamos com um, *lembramos* do outro. Essa ligação entre signo e objeto acontece porque houve uma observação anterior. É o hábito, a experiência que uniu o signo à coisa. Não há uma conexão essencial entre eles, mas apenas o costume de juntar um ao outro.

Outros exemplos de Sexto Empírico para essa relação entre signo mnemônico e seu significado está no nexos entre o ferimento no coração e a morte iminente, e na vista de uma cicatriz que nos faz lembrar uma ferida anterior (PH II 100, 102; M VIII 152-153, 157).

O signo mnemônico não requer qualquer inferência racional para significar, diferentemente do que ocorre com o indicativo. O que há, no caso do mnemônico, é uma associação: fumaça/fogo – e não uma inferência *de* fumaça *para* fogo (1983, p.217, 224, 247, 227-228).

O signo indicativo, por seu turno, não é claramente associado ou ligado à coisa significada, mas significa aquilo de que é signo “por sua própria natureza e constituição” – como, por exemplo, os movimentos corporais são signos da alma (PH II 101; M VIII 155). Também do suor se quer provar a existência de poros invisíveis na pele – caso em que o signo se assenta em uma inferência do manifesto (suor) para o não-evidente (poros invisíveis da pele) (PH II 140). Os estóicos ainda definem o signo indicativo como o antecedente que serve para revelar o conseqüente em um silogismo hipotético válido (PH II 101, 104) – ou seja, referem-se com esse termo aos casos em que o significado é o conseqüente. Mas em *Contra os lógicos*, Sexto Empírico diz que não é preciso ter complexidade de pensamento – como é o caso da lógica estóica – para que se reconheçam signos e o que eles significam. Assim, ainda que os estóicos digam que o signo é o antecedente em uma premissa maior válida (M VIII 265), Sexto contra-

argumenta que animais irracionais também entendem os signos, de maneira que “o signo não é um julgamento, o antecedente numa premissa válida maior” (M VIII 271).

Apesar de sua conhecida fúria discordante, Sexto Empírico garante que não vai criticar todos os tipos de signo. É o uso dogmático dos signos que ele não aceita. Sexto suspende o juízo com relação à existência dos signos indicativos, porque estes parecem ter sido inventados pelos dogmáticos. Essas “ficções privadas dos dogmáticos” (PH II 102) teriam a pretensão de nos dar a ver realidades naturalmente não-evidentes.⁵ Aqui é de se observar a convergência com o lema wittgensteiniano “Nada está oculto”, ainda que a oposição cética geral aparência/essência impeça uma associação mais resoluta entre os dois filósofos.

Em todo caso, é importante atentar para o fato de que Sexto Empírico afirma que devemos preservar a suspensão de juízo com relação ao *sêmeion* (M VIII 258). Ele apresenta argumentos tanto para a inexistência dos signos indicativos quanto para a sua existência, buscando mostrar como ambos são igualmente persuasivos. Conclui Sexto que o signo permanece em suspenso, dada a indecidibilidade da controvérsia que paira a seu redor. Seguindo a prática do cético, coloca a questão em posição de equípollença e escapa ao dogmatismo negativo declarando que “a não-existência de um signo é tão crível quanto a sua existência” (M VIII 159). Como há uma controvérsia indefinida tanto sobre o signo quanto sobre a coisa significada (M VIII 297), a conclusão continua em suspenso enquanto não houver prova, mas tão-somente uma promessa dogmática. Segue-se então a suspensão do juízo, a neutralidade do intelecto. De forma que, sobre os signos, o pirrônico usa a fórmula cética *ou mallon* (*não mais* isso que aquilo): Sexto não afirma que um signo existe nem que não existe, mas cuidadosamente diz que é “não mais” existente do que não-existente (M VIII 298).

Também nas *Hipotiposes pirrônicas*, Sexto Empírico diz que sua refutação ao signo indicativo não será no sentido de mostrar sua não-existência, mas de lembrar a equivalência dos argumentos existentes tanto a favor como contra sua existência (PH II 103). Mais uma vez, Sexto apresenta muitos argumentos provando a não-existência do signo indicativo, seguidos por vários que provam sua existência (PH II 121) – o que

⁵ Em um grande trabalho histórico sobre o assunto, Glidden diz que Enesidemo também atacava o uso dos signos no livro IV dos seus *Argumentos pirrônicos*. Contudo, a possibilidade de ser um veículo de inferência levava Enesidemo a censurar completamente o *sêmeion*. Até porque a distinção entre signos mnemônicos e indicativos parece não ter sido feita por outros céuticos (mesmo os acadêmicos) (Glidden, 1983, p.226).

culmina numa conclusão pirrônica pela equípólência. Ele repete então mais uma vez a célebre expressão cética *ou mallon* sobre a existência do signo indicativo:

Em resumo, então, uma vez que tais argumentos plausíveis são mencionados tanto para a existência como para a não-existência do signo, devemos declarar que o signo é “não mais” existente do que não-existente (PH II 133).

Por outro lado, Sexto novamente ratifica sua concordância quanto ao que chamamos *senso comum* e ao que ele chama *vida cotidiana* (Annas e Barnes, 2000, p.xxiii). Assim, respondendo à vida comum, ou melhor, aos fenômenos que experienciamos cotidianamente, Sexto expressamente reconhece que não tem qualquer objeção quanto aos signos mnemônicos (PH I 100-102; M VIII 151-158). Coerente com seu método que não se fundamenta em princípios lógicos, mas na observação, Sexto desconsidera o signo indicativo e aceita o mnemônico: ele só reputa este último como existente por sua dependência da experiência:

Dado que há duas espécies de signos, nossa argumentação não vai contra todo signo indistintamente, mas somente contra o signo indicativo, na medida em que ele parece ser uma invenção dos Dogmáticos. Ao contrário, o signo mnemônico tem a garantia da vida cotidiana: a fumaça é signo de fogo; a vista de uma cicatriz permite dizer que houve ferida. Conseqüentemente, longe de ir contra a vida cotidiana, tomamos sua defesa (de maneira não dogmática!), dando nosso assentimento sem sustentar opinião ao que ela se fia, e nos opondo às invenções próprias dos Dogmáticos (PH II 102).

Sexto Empírico admite e respeita o signo mnemônico “porque geralmente todas as pessoas comuns estão de acordo que ele é útil” (M VIII 156). Seguir a experiência da vida é a política adotada pelo pirrônico, e o uso dos signos mnemônicos está de acordo com esse princípio. Porque seguir as aparências é diferente de inferir qualquer consequência delas. Na ausência ocasional de alguma coisa, mas em presença de algo que a traz à lembrança e que a ela nos remete, o significado aparece – nessa junção da coisa ausente e da memória que ela evoca. Como os pirrônicos não negam a vida comum, e esses signos fazem parte da vida, eis que o cético vive sem colocá-los em questão – eles fazem parte da vida e reconstituem observações vividas.

Semeia não revelam uma natureza escondida na realidade das coisas. O pirrônico é atraído pelas associações habituais e as aceita, porque elas não supõem qualquer afirmação sobre o modo como o mundo realmente é.

Dizer de um mundo possível como ele pode ser é diferente de dizer do mundo como ele é – e isso livraria de controvérsias filosóficas os signos mnemônicos, do ponto

de vista pirrônico. D. Marcondes aponta que essa é uma das poucas *doutrinas* positivas defendidas pelos cétricos antigos (1999, p.399-400).

O risco de ir contra a vida faz com que ele assegure que não recusa as associações mnemônicas. Mais ainda, parece por vezes reconhecer nesse tipo de relação a única virtude possível de seu próprio discurso:

Mas como previamente estabelecemos que não fazemos objeção ao *hypomnestikon sêmeion*, mas apenas ao *endeiktikon*, estamos aptos a admitir que os argumentos voltados contra o signo significam alguma coisa, mas não de um modo indicativo, mas de um modo mnemônico; porque somos afetados por eles e trazemos na memória as coisas que podem ser ditas contra o *endeiktikon sêmeion* (M VIII 289; cf. M VIII 290).

Em resumo, Sexto parece aceitar a concepção dogmática de signo mnemônico, reconhecendo-o como característica evidente e não problemática da linguagem (M VIII 279). A questão agora é saber se essa adesão desemboca em uma perspectiva de linguagem pragmática ou representacionista. Veremos, antes, o posicionamento de alguns comentadores sobre o assunto para, então, procurar responder a essa pergunta tendo como pano de fundo as imagens de linguagem presentes nas *Investigações* wittgensteinianas.

O. Porchat coloca o problema em termos de um *convencionalismo* pirrônico, e diz:

Questionando a concepção dogmática naturalista do significado, o pirronismo faz a sua doutrina convencionalista, articulada com a noção de signo rememorativo, a associação significativa entre palavras e coisas configurando um caso particular de associação fenomênica entre eventos, introduzida embora pela mediação humana (1994, p.239, n. 25).

Veremos em *Contra os gramáticos* Sexto Empírico repetir incansavelmente que a linguagem não é natural, porque se assim fosse todos se entenderiam, gregos e bárbaros – o pirrônico, de fato, acaba por reconhecer a linguagem como uma convenção. Também a noção de signo mnemônico, tomada emprestada dos estóicos, ao se referir à linguagem verbal não deve ser entendida como uma ligação natural entre signo e coisa, mas antes como uma relação estabelecida entre expressões lingüísticas e hábitos, costumes observados cotidianamente. Esses costumes herdados é que fariam com que, à exposição de um conjunto de signos mnemônicos habituais, o pirrônico não permanecesse inativo, calado. Gostaríamos de chamar novamente a atenção aqui para

este ponto, que já foi tocado e que voltará ainda nesta tese: a questão da linguagem como um hábito, como um costume, seu lugar controverso no texto de Sexto.

Mas voltando à investigação da possível associação dos signos mnemônicos ao pragmatismo ou ao representacionalismo, é oportuno aqui registrar a diferença entre D. Marcondes e F. Desbordes quanto a esse ponto: enquanto o primeiro defende uma concepção pragmática de significação do signo mnemônico, a segunda aposta numa visão representacionista de linguagem, ainda que se trate, para ela, de um tipo diferente de representação.

Marcondes reconhece a possibilidade de interpretação dos signos mnemônicos a partir de uma perspectiva representacionista da linguagem. Entretanto, do seu ponto de vista, a relação estabelecida entre o signo e o que dele se apreende só é possível pelo costume, hábito – enfim, pela nossa experiência de vida (1999, p.407). É com um entendimento pragmático sobre a constituição do significado em Sexto Empírico que Marcondes diz:

Em contraste com o signo indicativo, podemos então dizer que o comemorativo não é inferencial. Não inferimos a existência do fogo ao vermos a fumaça, mas apenas associamos a fumaça ao fogo. Esta relação de associação pode ser interpretada portanto como uma relação *pragmática* e não como uma relação propriamente lógica ou semântica (1999, p.407).

Marcondes acredita que se trata de uma visão pragmática da linguagem, “segundo a qual o significado é estabelecido através de seu uso comunicacional, dependendo do valor de uso das palavras em determinados contextos, como parte da experiência dos falantes” (1999, p.400). A relação estabelecida pelo signo comemorativo não é uma questão de lógica ou semântica, posto que seu critério de significação está na experiência vivida: Sexto nunca se referiria ao uso como *natureza*, mas como *vida*.

É em uma dada circunstância que o signo e o que ele mostra são relacionados. Os signos mnemônicos não são determinados aprioristicamente, porque a mesma experiência pode ser entendida de maneira diferente pelos falantes. Hábitos e costumes condicionam e individualizam ligações e significâncias. As relações que pareciam naturais e estabelecidas aprioristicamente – fogo/fumaça, ferimento no coração/morte iminente – se mostram, na verdade, pragmáticas. Parecia corroborar a idéia de um naturalismo apriorístico nessas associações o fato de que os exemplos fornecidos por Sexto mostram as ligações feitas pelos signos mnemônicos com exemplos dos mais

básicos, tirados da *natureza* das coisas; por exemplo: todos experenciam e são afetados igualmente pela doçura do mel, quando todos compartilham as mesmas condições. Mas logo se vê que há espaço para o diferente, para o inesperado nas ligações entre signo e hábito. Pois, a depender de quem e de como se é afetado, interpretações diferentes podem ser feitas do signo mnemônico. Tal declaração não parece ser um absurdo para Sexto Empírico. A capacidade de se associar a mais de uma coisa não deve ser uma característica paradoxal dos signos mnemônicos:

Devemos declarar que não é paradoxal que tais signos [mnemônicos] sejam capazes de anunciar mais coisas do que uma. Porque eles são determinados, como eles dizem [os dogmáticos], pelos legisladores e estão em nosso poder, se desejamos que eles indiquem uma coisa ou que sejam capazes de anunciar várias coisas (M VIII 200).

Aqui é interessante notar que, se por um lado Sexto Empírico converge com Wittgenstein na idéia de que são múltiplas as significações possíveis para um mesmo signo, uma vez que ele só é determinado pragmaticamente, por outro há uma diferença entre os dois filósofos no que tange ao poder “legislativo” que o falante teria sobre esse(s) significado(s). Em uma visão wittgensteiniana, não está em nosso poder definir qual nem quantos são os significados de um signo, uma vez que isso seria apostar na possibilidade de existência de uma linguagem privada – quando, como vimos, o funcionamento de uma linguagem já pressupõe a alteridade.

Para Françoise Caujolle-Zaslowsky apenas a linguagem prática importa aos céticos. Eles só levariam em consideração os usos do cotidiano, da poesia e do especialista (*empírico*, especialmente aquele da medicina). Ela sublinha que, para compreender como o cético utiliza a linguagem nas ocorrências da vida cotidiana, é preciso ter em mente que o pirronismo *não é uma descrição de fenômenos*: o fenômeno não é fadado a ser enunciado ou descrito (1986, p.321-2). Marcondes vai mais além e afirma que uma concepção pragmática da linguagem justifica o discurso cético e o faz escapar à auto-refutação que tanto seus detratores gostam de apontar. Como vimos, negar o signo seria contraditório porque sua negação já repousa sobre o uso de signos – de modo que a linguagem tem de ser pressuposta até mesmo pelos céticos. Então o motivo da preocupação de Sexto com relação à linguagem seria que sua falência desafiaria toda a filosofia cética. Caso o significado lingüístico não exista, até mesmo a equípolência entre posições contraditórias (e a seguida suspensão do juízo frente a esses julgamentos contrários e de igual valor) não teria onde nem como ser aplicada pelos

céticos. Marcondes acredita que a saída cética para essa aporia está na admissão de que os signos mnemônicos são válidos (1999, p.405). Com isso, uma perspectiva pragmática do significado se mostra extremamente importante para manter a coerência do discurso cético.

Do mesmo modo, Sexto Empírico não seria coerente – quer dizer, estaria se auto contradizendo – caso estivesse se utilizando de processos inferenciais para desautorizar os signos indicativos dos dogmáticos. Marcondes (1999, p.408) considera que esse seja o motivo pelo qual Sexto não descarta de uma vez por todas o signo indicativo, mas tão somente suspende o juízo sobre sua existência, como já vimos:

Resta-nos empreender nossa refutação, não nos esforçando para mostrar a todo custo que o signo indicativo não tem existência real, mas sugerindo a força aparentemente igual dos argumentos propostos em favor de sua existência e de sua não-existência (PH II 103).

Assim, a se tomar essa perspectiva dos signos indicativo e mnemônico em relação à linguagem, haveria um plano das aparências – do signo mnemônico – em que a linguagem seria vista de forma *afirmativa*, e um plano lógico dos silogismos – do signo indicativo – em que ela seria *suspensiva* (Cauchy, 1986, p.337).

De toda forma, torna-se possível falar de uma concepção não-dogmática da linguagem no plano da experiência – noção fundamental para a própria formulação do ceticismo. A linguagem permite a ocasião de fazer asserção e, também, não-asserção ao modo cético, isto é, apenas como um equivalente da experiência.

Desbordes entende que a natureza da linguagem não pode, para o pirrônico, ser julgada como o é a de um objeto qualquer. Para Sexto, não deveria haver questionamentos a respeito da linguagem, já que ela é *evidente*. Ela deveria ser usada tal qual se nos oferece, sem que se tenha que refletir sobre ela, uma vez que a linguagem é, da vida cotidiana, a coisa mais comum. Para que houvesse uma dita *ciência da linguagem* seria preciso apartar seu objeto de estudo, a linguagem, da experiência vivida – assim, ela conteria, sozinha, informações e, conseqüentemente, seria capaz de, por ela mesma, dizer a verdade.

Desbordes faz sobre esse ponto um movimento interessante – explica que uma concepção de linguagem assim formulada ameaça duplamente o cético: (i) por um lado porque o cético não acredita na legitimidade de nenhuma asserção que não seja uma espécie de transcrição da experiência; e ainda (ii) porque esse emprego assertivo da

linguagem, destacado da experiência, faz com que ela ganhe voz própria, sem um sujeito que julgue se o que se diz é verdade ou não. Daí o empenho de Sexto em mostrar que as palavras não são o tipo de signo pertencente à classe dos indicativos: elas não têm nada a ver com a verdade (1982, p.63-4).

Desbordes continua sua interpretação dos textos de Sexto Empírico no sentido de que, para o pirrônico, este nosso mundo aparente é apenas uma representação, um duplo do mundo real. O mundo aparente não existiria sem o mundo real, já que é ele quem dá origem ao mundo aparente. Não obstante, sobre o mundo real nada se pode saber; logo, não faz sentido fazer qualquer inferência do mundo aparente para o mundo real. A representação não nos franqueia o conhecimento do real: “Não há conhecimento imediato do real, não há conhecimento mediato do real” (Desbordes, 1982, p.64).

A interpretação de Desbordes dos signos mnemônicos nos diz da possibilidade de associação entre objetos cognoscíveis no mundo aparente, diferente da relação hierárquica entre essência e aparência. Trata-se de um outro tipo de representação, em que um objeto conhecido pode fazer lembrar outro objeto igualmente conhecido a ele ligado, de forma que possa ser considerado signo mnemônico do outro – ou seja, o objeto re-apresenta aquele que não está presente, mas que mantém com o objeto uma relação associativa. Essa ligação sublinha um tipo de conhecimento em que um objeto presente pode determinar a ocorrência de outro, ausente, mas fora da hierarquia essência/aparência (Desbordes, 1982, p.65).

Os gramáticos atacados no tratado que é o objeto desta tese estariam errados em querer estudar a linguagem porque, assim, restabeleceriam uma hierarquia entre essência e aparência que não deve haver. Então fica mais clara a posição de Sexto, para quem só temos de nos servir da linguagem: sobre ela não há o que fazer nem dizer. Pior – ao estudar a linguagem, os gramáticos ressuscitariam a relação hierárquica em dois planos distintos: (i) ou bem se partirá da palavra para se inferir a coisa representada por ela; (ii) ou bem se partirá da linguagem aparente para se inferir sua essência no mundo real. Diz Desbordes que são:

Duas pretensões igualmente ilegítimas: no primeiro caso, a linguagem arbitrária é incapaz de dar a conhecer dela mesma o que quer que seja sobre as coisas que ela representa; em outra, a realidade da linguagem, incognoscível de outra forma que não por intermédio da aparência que a representa, não é cognoscível em absoluto (1982, p.65).

Caujolle-Zaslavsky parece estar de acordo com Desbordes. Todos concordamos que os céticos crêem que uma ciência da linguagem seria inútil porque a língua ordinária serve ao uso corrente, pertencente que é à prática. Apenas nas ocasiões em que tal uso comum encontra algum obstáculo, continua Caujolle-Zaslavsky, é que se torna preciso voltar à linguagem para examiná-la. A se acatar a interpretação de Caujolle-Zaslavsky, aqui também flagramos outra aproximação entre Sexto Empírico e Wittgenstein. Para ambos, só interessa estudar os casos em que há um mau uso da linguagem. Mesmo assim esse retorno à própria linguagem só deve ser operado à medida que o uso corrente esteja impedido; a partir do momento em que a vida volte a seu curso normal e o impedimento seja suprimido, essa pausa para exame da própria linguagem acaba – ela não deve ser um estudo que tenha em si seu próprio fim (Caujolle-Zaslavsky, 1986, p.322-3).

Esse ponto é ratificado por Cauchy: as palavras e os nomes não podem ser objetos de uma ciência porque apenas as coisas que existem por natureza podem sê-lo (1986, p.326). Nas palavras do próprio Sexto Empírico:

Agora eles [os gramáticos] dizem que as ciências dos objetos naturais existem enquanto aquelas dos objetos convencionais não têm existência, e isso com razão. A ciência afirma ser uma coisa que é firme e invariável, mas os objetos convencionais são facilmente passíveis à mudança e variação, porque seu caráter é alterado pela mudança de convenções que dependem de nós. Desde que, então, a significância de nomes é baseada em convenção e não na natureza (já que de outra forma todos os homens, bárbaros como gregos, entenderiam todas as coisas significadas pelos termos, além do fato de que está no nosso poder em qualquer tempo apontar e significar os objetos por quaisquer outros nomes que podemos escolher), como seria possível para uma ciência capaz de dividir um nome em suas significações existir? Ou como poderia a dialética realmente ser, como alguns imaginam, uma “ciência de coisas que significam e são significadas”? (PH II 214).

Acreditamos que, se de um lado a tese pragmática do signo mnemônico (contrastada a uma semanticidade mais característica ao signo indicativo) pode ser endossada, por outro esse pragmatismo também se presta a questionamentos.

A favor da tese pragmática podemos dizer que é no uso e na experiência que o signo mnemônico ganha significado. É assim que o cético reconhece os signos mnemônicos: na experiência e no uso comum. De fato, a ligação entre o signo e aquilo que ele mostra não é um dado exterior às práticas linguísticas, mas estabelecida nos hábitos e costumes de dada comunidade. É preciso treino e experiência para associar uma tal coisa a outra.

Ao mesmo tempo, esse suposto pragmatismo se presta a questionamentos uma vez que a linguagem ainda seria vista como um *sistema* de associações simbólicas. Assim, à vista da fumaça os falantes a associariam ao fogo – e dessa relação significariam. Isto é, deveria haver uma ligação *anterior* à linguagem, que só entraria depois que a associação estivesse estabelecida.⁶

Se o signo mnemônico dos estóicos foi endossado por Sexto Empírico, uma vez que ele não se dispôs a criticá-los, podemos ver aí tanto a proto-imagem de um pragmatismo, que liga costumes a costumes, quanto a proto-imagem de um representacionalismo, que necessita de uma ligação simbólica logicamente anterior entre duas situações para, só então, significar.

Vejamos agora as passagens nos tratados sextianos em que seu autor tratou da linguagem sem considerá-la, ao menos explicitamente, como um conjunto ou sistema de signos.

4.2.2

O falante como cronista; a linguagem como testemunho

O cético é acusado de incoerência, como vimos, por valer-se da linguagem, precisando, no entanto, apostar em alguma estabilidade que garanta seu funcionamento. Ao utilizar a linguagem, também o cético tem de confiar em sua funcionalidade. A questão naturalmente é: do ponto de vista de Sexto, o que é, para a linguagem, *funcionar*?

Indícios de uma resposta podem ser encontrados no modo como Sexto reage a essa acusação específica de incoerência. É oportuno começar por notar que, quando o pirrônico sublinha a auto-refutação em que incorre quem afirma a inexistência de qualquer verdade, ele o faz destacando igualmente a auto-refutação daquele que quer afirmar dogmaticamente a falsidade de algo:

Se, portanto, nada é verdade, uma verdade existe; e desse modo Xeníades era levado ao lado contrário de sua posição original, quando disse que todas as representações são falsas e que absolutamente nada verdadeiro existe no mundo. Porque, como uma regra

⁶ Mas esse é um ponto bastante interessante e que abre caminho para uma pesquisa mais profunda – o que também envolveria o aprofundamento do estudo sobre a filosofia estóica. Feito isso, talvez se chegue à conclusão de que o uso dos signos mnemônicos não se afasta tanto assim da perspectiva pragmática wittgensteiniana, se acaso a importância de uma ligação anterior ao ato de fala seja completamente mitigado.

universal, é impossível afirmar que qualquer coisa em particular é falsa sem também afirmar uma verdade (M VII 399).⁷

Ainda que Sexto esteja aqui reproduzindo o argumento dogmático de Xeníades para mostrar o desacordo existente entre diferentes pontos de vista, não deixa de reconhecer a circularidade e incoerência daquele que diz não haver alguma verdade. Sabendo do perigo de auto-refutação que o caminho da dúvida pode preparar, Sexto Empírico se precavia. Para começar, ele está entre o dogmatismo negativo e o positivo – ou seja, tem de se equilibrar entre acadêmicos e dogmáticos. Por tudo isso, logo no início das *Hipotíposes pirrônicas*, Sexto já adverte como tudo o que ele escreve deve ser lido:

Sobre nenhuma das matérias a serem discutidas afirmamos que as coisas são exatamente como dizemos que são; mas *relatamos* sobre cada coisa conforme o que nos aparece no momento (PH I 4, *grifo nosso*).

No momento presente o mundo exterior nos aparece *desta* maneira: o cético pode dar seu testemunho sobre isso como um *cronista*. O pirrônico conta, lembra, anuncia, narra, relata; com um discurso comum, ele declara um estado em que recebe passivamente o fenomênico. Os *phainomena* imprimem nos céticos uma afecção (*pathos*) que ele se limita a contar, narrar em forma de palavras. Sua argumentação é como uma resposta às afecções recebidas de forma passiva; o cético apenas conta como as coisas lhe aparecem. Ele usa a linguagem como uma maneira de exteriorização, sem asseverar qualquer coisa do *pathos*; uso esse para ele legítimo, não-problemático, não aberto a discussão. O pirrônico responde seguindo as aparências – ele só se expressa sobre o que lhe aparece, guiando-se pelo que lhe parece evidente no cotidiano: “o essencial é que enunciando essas expressões, ele diz o que lhe aparece e relata sua própria impressão sem sustentar opinião, sem nada afirmar das realidades exteriores” (PH I 15).

O cético não diz com a linguagem o real, mas apenas narra o que lhe aparece, já que há coisas que, mesmo para um cético, são evidentes: para ele, como vimos, é absurdo, irrelevante, fora de lugar colocar em questão o que cai no domínio do evidente

⁷ Ainda em outra passagem: “Se todas as coisas são falsas, a declaração ‘Todas as coisas são falsas’, sendo uma de ‘todas as coisas’, será falsa. E se a declaração ‘Todas as coisas são falsas’ é falsa, sua contraditória ‘Nem todas as coisas são falsas’ será verdadeira. Portanto, se todas as coisas são falsas, nem todas as coisas são falsas” (M VIII 55). O paradoxo em se dizer “Tudo é falso” também aparece nas *Hipotíposes pirrônicas* (PH II 86).

(cf. Frede, 1997, p.21). Nas *Hipotiposes pirrônicas*, Sexto Empírico esclarece que o pirrônico não rejeita o aparente – a investigação filosófica do cético recai sobre o que se *diz* do aparente:

Aqueles que afirmam que o cético rejeita o aparente (*phainomena*) não prestaram atenção ao que dissemos. Pois, como dissemos antes, não rejeitamos as impressões sensíveis (*phantasian kataleptiken*) que nos levam ao assentimento involuntário (*abouletós*) e estas impressões são o aparente (*phainomena*). E quando investigamos se as coisas na realidade (*hypokeimenon*) são como parecem ser, aceitamos o fato de que aparecem e o que investigamos não diz respeito à aparência, mas à *explicação* da aparência, e isto é diferente de uma investigação sobre o aparente ele próprio. Por exemplo, o mel nos parece doce (e aceitamos isto na medida em que temos uma percepção sensível da doçura), porém se é doce em si mesmo é algo questionável, pois não se trata mais de uma aparência, mas de um *juízo* sobre o aparente (PH I 19-20, *grifos nossos*).⁸

Sexto Empírico atenta, pois, para a diferença existente entre *o evidente* e *o que é dito sobre o evidente*. O fenomênico é o critério diretor da vida cética, que faz com que o pirrônico viva a sua vida e não seja inativo no dia-a-dia (PH I 23-24). Todavia, “O que se diz do fenômeno” (PH I 19-20), sua interpretação, é diferente do fenômeno em si. E é sobre o que se diz do fenômeno que há conflito. O que nos afeta é diferente do discurso que diz do que nos afeta. E o que se fala dos *phainomena* é que é objeto da cuidadosa atenção cética. Porque o julgamento dos fenômenos também faz parte do mundo exterior (cf. Pellegrin, 1997, p.543). O pirrônico só se expressa até o ponto em que a verdade do fenômeno não é posta em questão. A idéia é que o valor de verdade não comparece no discurso pirrônico. Mas o fato de o cético não descrever estados de coisas não o deixa, como vimos, inativo – nem mudo.

De modo que é desta maneira que os pirrônicos se defendem da acusação de que não podem argumentar: eles se utilizam da linguagem, porque não vão contra a argumentação – os céticos pirrônicos censuram apenas a argumentação *dogmática*. O que o cético diz ele diz de forma não-dogmática, sem sustentar opiniões (*adoxastós*) (PH I 24).⁹ Sem defender qualquer tese, sem afirmar nada, os proferimentos de Sexto Empírico são como confissões – isso é o que o cético faz com as palavras. Não-

⁸ Tradução (não publicada) de Danilo Marcondes. A esse ponto retornaremos naturalmente no próximo capítulo, em que estarão em jogo justamente as *explicações* sobre a própria linguagem.

⁹ A linguagem é outro ponto de contato entre o ceticismo pirrônico e a escola médica metódica, posto que os metódicos também usavam as palavras sem sustentar opinião (*adoxastós*) e de maneira indiferente (PH I 239; cf. Glidden, 1983, p.242).

dogmaticamente o cético diz de suas afecções, ou melhor, do que lhe aparece, sem afirmar nem negar.¹⁰

No entanto, podemos apontar aqui que um certo *reduccionismo semântico* parece ainda conviver com esse esvaziamento pragmático do lastro ontológico da linguagem: pois ainda que o *confessar* pareça substituir o *descrever*, insinua-se, ao que parece, como o uso paradigmático da linguagem, e não apenas como um uso, entre muitos outros possíveis.

Em todo caso, o cético parece enfatizar que seu consentimento para com o fenomênico não implica em sua *crença* no que lhe aparece (PH I 13). Quando a opinião é trazida à baila para falar do aparente, o pirrônico suspende o juízo. Ele experimenta o mundo que lhe aparece e o atinge e confessa sem dizer das coisas que elas são ou não são; ele oferece seu testemunho sem pretensão de verdade.

Para o cético, o fato de que alguma coisa nos *pareça* de determinada maneira não significa, como se viu, que ela verdadeiramente *seja* desse modo. É por isso que o cético não assevera, não se compromete com uma crença do que simplesmente o afeta. O cético pirrônico não pretende, com seu discurso, exprimir a verdade, as coisas como elas realmente são, entendendo-se por *realmente* um modo de *ser* que vai além do *aparecer*. Por isso, com seu discurso, ele não afirma positivamente que as coisas sejam tais como ele diz que são.

Há, pois, um contraste entre a realidade e a aparência que se reflete no discurso, impedindo que se façam asserções que digam que as coisas são tais e tais na realidade: “Podemos talvez dizer como cada um dos objetos exteriores aparece; mas não podemos aferir como cada um deles é em sua natureza” (PH I 87). A possibilidade de dizer a verdade do mundo *real* é o que está em jogo aqui – e a não-asserção é a atitude adotada pelo cético.

O fenômeno não revela a efetiva realidade do que mostra – como se a realidade fosse duplicada e o que *realmente é* fosse invisível aos olhos, que só captam o que lhes aparece. Não há acordo sobre o não-evidente; que, então, cai em disputa (M VIII 322) – daí também a própria razão de ser de *Adversus Mathematicos*, porque “Arte tem a ver

¹⁰ Sobre isso, há uma observação interessante de Barnes (1999, p.14-15, 23). Ele diz que sobre o critério de verdade temos a opinião dos dogmáticos de que sim, há um critério de verdade; dos acadêmicos, de que não; e temos, ainda, a atitude dos céticos, que suspendem o juízo sobre o assunto. São três formas de reagir sobre a mesma questão. Entretanto, como sabemos, o cético fala sem sustentar um dogma. Quando ele suspende o juízo isso não é uma asserção, mas uma atitude cética – o que Barnes chama de *desacordo na atitude*. Entretanto, a maioria dos desacordos relatados por Sexto Empírico são desacordos *de opinião*. E são justamente esses desacordos de opinião que são indecisivos.

com uma coisa que é não-evidente e não-apreensiva por si mesma” (M IX 171). A existência mesma de um mundo real exterior fica em suspenso e dela o cético se abstém de falar, uma vez que o plano do fenômeno não pode ser ultrapassado. Qualquer proposição sobre o não-evidente não pode ser definitiva porque não há um tipo de raciocínio que a justifique.

O mundo *real* não nos é dado a conhecer. Segundo Sexto Empírico, fazer conjecturas sobre o não-evidente é como atirar no escuro: ainda que se acerte o alvo, não se tem como verificar:

Os cétricos (...) comparam aqueles que investigam coisas não-evidentes a homens atirando em um alvo no escuro; porque assim como é provável que um desses atinja o alvo e outros não, mas os que tinham atingido ou perdido é desconhecido, também, com a verdade escondida quase nas profundezas da escuridão, muitos argumentos são atirados, mas qual deles está de acordo, e qual em desacordo, é impossível aprender, como o objeto de investigação, é removido do <da esfera do> manifesto (M VIII 325).

No discurso dos pirrônicos não há significado absoluto ou qualquer pretensão de se afirmar uma verdade. Eles fazem uso de argumentos e de um critério prático na conduta prática: um *modo de vida* cético. O aparente não apenas não constitui o objeto de investigação pirrônica, como é ele próprio o critério da via cética (PH I 22). Como já dissemos nesta tese, o pirrônico não segue um critério de verdade, mas um critério prático, de ação. O cético não defende um corpo de verdades ou um tipo de conhecimento. É justamente no *critério de verdade* dos dogmáticos que Sexto Empírico vai concentrar suas críticas. Porque com tal critério os dogmáticos pretendem dizer que umas coisas existem e são verdadeiras, ao passo que outras não.

O filósofo dogmático proclama ter encontrado a verdade. Ele, assim, teria um critério de verdade – infalível. Por isso é que o dogmático se permite *dizer* como são, realmente, tanto o evidente quanto o não-evidente. A verdade dos dogmáticos diz que também o enunciado que fala da verdade descoberta é verdadeiro. Mas, segundo o pirrônico, o dogmático não pode provar o que diz porque seu critério de verdade não é infalível, e não respalda sua (suposta) verdade. Sexto Empírico indica a via cética contra essa precipitação dogmática em afirmar o que não deve (PH I 20).

Sexto, então, apresenta um *modo de filosofar*: para cada argumento defendido, outro de igual peso pode ser contraposto, o que leva a um impasse. O ceticismo, assim, não deve ser confundido com uma doutrina, já que não proclama asserções normativas: quando o cético contrapõe os argumentos e as opiniões em desacordo, quando percebe

sua equidade e suspende o juízo, ele não está afirmando qualquer verdade, mas apenas relatando o que está se passando com ele (PH I 13-14).

E as opiniões e os argumentos sopesados não são de Sexto Empírico, mas de outros filósofos e de homens comuns. Em *Adversus Mathematicos*, Sexto coloca lado a lado as proposições mais importantes dos filósofos e especialistas sobre cada assunto. O pirrônico toma emprestado não só as premissas como os procedimentos inferenciais dogmáticos para mostrar como eles se desmancham no ar. Sexto aniquila as teorias dogmáticas mostrando como elas são contraditórias – e, conseqüentemente, como os dogmáticos se contradizem. Os princípios, as teorias, enfim, as certezas equivocadas que ameaçam o objetivo da tranqüilidade são dos próprios filósofos dogmáticos e dos especialistas de cada área atacada. Quando Sexto Empírico mostra o desacordo entre argumentos, ele joga com uma crença que é dos outros. Se elas são contrárias ou contraditórias, o são segundo a lógica desses mesmos outros. O valor de verdade subentendido nos contrários e nas contradições é um comprometimento no qual os filósofos dogmáticos estão engajados, não os pirrônicos.

Entretanto, há a cobrança de que esse modo de filosofar cético também reconheça alguma estabilidade na linguagem; o pirrônico também precisa resguardar a linguagem, porque senão mesmo sua estratégia de oposição dos argumentos dogmáticos ficaria comprometida. Afinal, quando Sexto desnuda as asserções dogmáticas e coloca umas contra as outras, qual jogo lógico entre contraditórios – mostrando o conflito existente entre argumentos dogmáticos opostos –, a oposição lingüística que constitui o modo pirrônico mais usado contra os dogmáticos é, também, uma estratégia lingüística.

Além do mais, se a afasia pirrônica pode bastar para que o cético viva sua vida adoxasticamente, dispondo da linguagem em seu dia-a-dia, o que acontece quando Sexto Empírico escreve sobre o próprio pirronismo, sobre seu próprio modo de filosofar? O cético, conforme vimos, narra como as coisas aparecem a ele. Mas quando Sexto Empírico explica sua posição cética, ela não pode mais ser estabelecida, visto que ultrapassa a ambição de se deter ao fenomênico. Sexto nos tinha explicado como a compreensão do discurso acontece na vida; mas fica a questão se essa mesma linguagem serve à metalinguagem cética. A auto-refutação parece iminente – o próprio discurso explicativo do pirrônico pode servir de munição a seu inimigo dogmático.

4.2.3 As expressões cétricas

Como vimos, Sexto Empírico elenca e explica cada um dos modos que levam o pirrônico a suspender o juízo. E para levar a cabo tal explicação, ele pronuncia ainda “certas expressões reveladoras da disposição cétrica e de seus afetos” (PH I 187). São as *expressões cétricas* (*phônai skeptikai*). As expressões cétricas – como “eu suspendo meu assentimento” (PH I 196), “eu não determino nada” (PH I 197) – traduzem uma forma propriamente cétrica de discurso, além de revelarem a auto-vigilância do pirrônico quando faz uso das palavras. As fórmulas do ceticismo são metalingüísticas, são recomendações de como o cétrico chega ao cabo de sua empreitada pela tranqüilidade.

Sexto Empírico previne: mesmo quando o pirrônico enuncia as expressões cétricas ele não dogmatiza (PH I 14). Porque o dogmático dá um status de existência àquilo de que está tratando, enquanto que o cétrico usa suas expressões sem entender que elas testemunhem uma situação de existência. Tanto aquilo sobre o que o cétrico diz como seu próprio enunciado são suprimidos:

Portanto, o dogmático mantém serem reais as coisas sobre as quais tem crenças, mas o cétrico enuncia suas fórmulas de modo que elas próprias se auto-eliminam, e neste sentido não pode ser considerado como as enunciando de forma dogmática. E o ponto principal é que ao enunciar-las ele diz aquilo que lhe aparece e relata o que sente (*pathos*) de forma não-dogmática, sem afirmar nada de positivo sobre o que existe na realidade externa (*exothern hupokeimenon*) (PH I 15).¹¹

As expressões cétricas estão, elas também, dentro do escopo da atitude de não-asserção – quando Sexto Empírico dedica seções das *Hipotiposes pirrônicas* para explicá-las é para lembrar que elas, como todo o resto, não têm valor de verdade. Nossas afecções, para serem narradas, dependem de linguagem – embora a maneira como essa linguagem deva ser entendida precise de certas explicações, como as que Sexto está disposto a fornecer.

A primeira expressão a ser tratada por Sexto Empírico já foi vista nesta tese: trata-se da fórmula *ou mallon*. Sexto explica que se trata de uma expressão *elíptica*; donde ele mesmo conclui que, ao utilizá-la, *implicitamente* o que ele está dizendo é tal outra coisa (PH I 188). Isso se explica pelo fato de que, para manifestar o que se lhe aparece, que é ao que se resume a proposta dos pirrônicos no que concerne a linguagem,

¹¹ Tradução (não publicada) de Danilo Marcondes.

o cético manifesta sua afecção com expressões que lhe são completamente indiferentes. Mesmo as expressões céticas lhe são indiferentes (PH I 191). De fato, Sexto Empírico repete e nos previne em vários momentos que o cético emprega suas expressões de maneira aproximativa, imprecisa, frouxa, indiferente: elas “não são empregadas por nós para indicar absolutamente as coisas às quais elas se aplicam” (PH I 207). O pirrônico não luta com as palavras:

Aqui, mais uma vez, nós não nos batemos sobre as expressões, nem procuramos se elas indicam a natureza das coisas, mas nós as empregamos de maneira indiferente (PH I 195).

Essa indiferença geral de Sexto também se revela no reconhecimento de que as próprias expressões céticas comportam sua negação, entrando em colapso com elas mesmas. Isso serve para todas as expressões céticas. Assim, a expressão cética “talvez” comportaria *implicitamente* sua negação: “talvez não” – o que permite a Sexto empregar uma pela outra, pelo bem da concisão (PH I 194-195).

A segunda expressão cética que Sexto Empírico vê necessidade em esclarecer é a não-asserção (*aphasia*) (PH I 192-193). Antes, ele explica o que pressupõe do termo *asserção* (*phasis*) – que, segundo Sexto, pode ser usado em dois sentidos, geral e particular. No sentido geral, a asserção afirma ou nega alguma coisa; enquanto que no sentido particular ela significa apenas a afirmação de algo. Dito isso, Sexto Empírico define assim a não-asserção:

A não-asserção é então a renúncia à asserção entendida no sentido geral, no qual nós dizemos que se encontram inclusas tanto a negação quanto a afirmação, de maneira que a não-asserção é uma afecção que nos impede de dizer que aceitamos ou rejeitamos qualquer coisa (PH I 192).

A afasia pirrônica é um recusar-se a afirmar – e a negar. Porque o pirrônico se equilibra na tênue corda-bamba entre a completa aceitação e a total rejeição, ambas, como está claro, posições dogmáticas. De modo que o silêncio proposto pelo cético é, como já vimos, quanto à assertividade que os dogmáticos emprestam às expressões lingüísticas, mas não às expressões lingüísticas elas mesmas. Afirmar que uma coisa é verdade, fazer uma asserção – é essa a renúncia de Sexto, renúncia a asserir. Renúncia que não comparece ao dogmático, que, quando faz uma afirmação seja sobre o evidente ou o não-evidente, pretende proferir uma verdade.

Uma interpretação possível para a não-asserção de Sexto está na distinção, já apontada anteriormente, entre pirronismo *rústico* e *urbano*. Pode-se entender que o ceticismo de Sexto é urbano, o que faz com que sua declaração seja entendida dentro dos limites estabelecidos do evidente (cf. Brunschwig, 1997). Já sobre o não-evidente o pirrônico suspende seu juízo: “Dizemos nada afirmar positivamente nem nada negar do que é dito dogmaticamente *no nível do que é não-evidente*” (PH I 193, *grifo nosso*). Seguindo essa interpretação, só sobre o que não é dado a nossos olhos o cético se furta a dizer dogmaticamente. Do contrário, ele pode asseverar. Toda a matéria da vida que nos é dada – quanto a isso não é preciso silenciar. Não há problema: o que nos é evidente não sofre com a prescrição da não-asserção.

Essa separação corrobora a idéia de que é só sobre o tipo de discurso que é dogmático em força – e, em última análise, sobre toda a filosofia que não o ceticismo – que recai a não-asserção de Sexto. Quando uma questão filosófica é posta, a não assertividade do pirrônico entra em ação. Mas questões filosóficas são quais, exatamente? O pirrônico parece responder – de forma, note-se, bastante wittgensteiniana em espírito – que essas questões começam a se colocar quando indagações do seguinte tipo são feitas: isso que você sente, vê, ouve é *realmente* tal qual lhe aparece? Aqui não podemos esquecer a observação do próprio Sexto Empírico de que o discurso do homem comum, juntamente com o dos filósofos, deve ser rejeitado – quando aquele dogmatiza. Porque tanto entre filósofos quanto na vida cotidiana nos deparamos com desacordos em torno dos assuntos investigados (PH I 165). Mas esse adendo por si só não invalida a idéia de que é contra o discurso filosófico que Sexto se coloca como um adversário fervoroso, porque quando o homem comum dogmatiza, quando ele quer seu discurso verdadeiro, ele está tratando de matéria não-evidente, isto é, matéria que pertence ao escopo das investigações filosóficas. São homens comuns que se pronunciam sobre coisa estranha à prática cotidiana. Então, negar esse discurso não é um problema para o cético urbano. A vigilância do pirrônico recai sobre a matéria de que se fala, sendo indiferente o sujeito que fala da matéria. Assim, quando aquele que nem filósofo é entra em searas filosóficas, ele não mais é considerado um homem comum, mas é como se fosse um filósofo – que sofre a recusa de Sexto por suas metafísicas (cf. Garner, 1977, p.166, 171).

Contudo, esse é um ponto nervoso nos escritos de Sexto Empírico. O fato de que o pirrônico não dá assentimento ao que lhe é não-evidente não implica em uma conclusão lógica e imediata de que ele dê assentimento ao evidente. Quando ele diz do

evidente não significaria então dizer que ele está dando crença às palavras. Ao dar seu assentimento sem sustentar opinião, continuamos com a idéia de que o assentimento de Sexto ao que lhe aparece não implica em sustentar uma crença verdadeira das suas próprias proposições que falam da evidência. Embora Stough diga que há passagens nas quais Sexto sugere que “o cético dá assentimento a alguns proferimentos da forma ‘s é p’ e a alguns argumentos (M VII 391)” (1984, p.140), no mesmo artigo nos fala de uma única ocorrência nas *Hipotiposes pirrônicas* da expressão *assentir não dogmaticamente* (PH II 102). De maneira que acreditamos que, tanto para a evidência quanto para a não-evidência, vale o mesmo: o cético confessa, conta o que sente em um dado momento, sem sustentar uma verdade para além da aparência.

Agora analisando o caso específico da expressão cética *não determino nada* (PH I 197), o pirrônico parece correr sério risco de cair no mesmo equívoco da auto-contradição que ele mesmo já tinha imputado ao dogmático negativo, auto-contradição em que cai ao afirmar (positivamente) não haver qualquer verdade. Mas esse é, para Sexto, um risco passageiro. O que vale para a vida, vale também para a explicação do modo de filosofar pirrônico: quando Sexto Empírico diz que *não determina nada*, ele está usando a linguagem adoxasticamente. Mais ainda: as fórmulas céticas, como todo o resto, devem se auto-anular. Sexto Empírico diz que as expressões céticas devem ser esquecidas – junto com o esclarecimento sobre elas. O pirrônico usa expressões, explica como elas devem ser entendidas por seus leitores – para, em seguida, jogar tudo fora. Como drogas purgativas que são expelidas juntamente com os humores, a argumentação cética se auto-silencia:

No que concerne a todas as expressões céticas, é preciso compreender que não asseguramos que elas sejam em todos os casos verdadeiras, posto que dizemos que elas podem ser destruídas por elas mesmas, sendo suprimidas junto àquilo a que se aplicavam, como os remédios purgativos não somente eliminam as doenças do corpo, mas são eles mesmos expulsos com as doenças (PH I 206; cf. PH II 188; M VIII 480).

Mais uma vez, Sexto Empírico parece apostar no não-dogmatismo do discurso pirrônico, na idéia de que o cético não imprime valor de verdade ao que diz para, assim, invalidar qualquer acusação de auto-contradição. A possibilidade de um *metadogmatismo*¹² então estaria afugentada pelo pirrônico.

¹² Na acepção de Brunschwig, 1997, p.307.

4.3

A linguagem no ceticismo antigo com olhos contemporâneos

Começamos este capítulo explorando o que seria o pensamento de Pirro a partir de seu discípulo, Tímon. Pirro dizia que quem seguisse seus conselhos chegaria à afasia e à ataraxia. Sexto Empírico não está prometendo a afasia depois de certo comportamento, mas tão-somente diferenciando o modo de falar cético. Que, também, não é silenciar. É, antes, *dizer a evidência* de modo não-problemático, sem colocar crença nas palavras.

É significativo que *phônai* seja o termo que Sexto utilizou para suas expressões céticas (*phônai skeptikai*). Porque a palavra *phoné* indica que o significado não é informado, sobrando apenas o significante, o som. As expressões não têm um sentido absoluto, daí que não é o caso de que, sobre as *phônai* céticas, recaia valoração de verdade. Os pirrônicos, assim, não discutem sobre palavras porque não há motivo para tal, uma vez que as *phônai* céticas não têm referentes ontológicos. Nas palavras de Spinelli: “Fica claro que a linguagem perde seu peso ontológico” (1991, p.61). Todos os discursos estão no mesmo plano, nenhum sendo mais verdadeiro ou falso do que outro. As fórmulas céticas não têm valor de verdade nem referem a nada no mundo (cf. Sluiter, 2000; Spinelli, 1991; Annas e Barnes, 2000).

Então é preciso observar que, se uma concepção de linguagem possível em Sexto Empírico fosse a de uma linguagem que quer representar o mundo, ela não poderia ser de como o mundo é, mas de como o mundo *aparece*. Então, a ligação mundo/linguagem seria mais exatamente expressa como uma associação fenômeno/linguagem. O manifesto, o evidente será o candidato a referente para Sexto Empírico, já que não pode ser a natureza (*phúsis*) (cf. Spinelli, 1991, p.59). Se a linguagem corresponde ou não à realidade o cético suspende o juízo.

A não-assertividade do discurso cético também é justificada aqui. É o mundo que *diz* se uma asserção *responde* verdadeira ou falsamente aos fatos. Como o cético suspende o juízo sobre o mundo e só diz das aparências, seu discurso, se carregado de pretensão sobre a verdade, não teria em que verificar tal pretensão. Para o pirrônico, não temos como testar as proposições, já que não sabemos como as coisas realmente são. Nas palavras de C. Stough:

Ele [Sexto Empírico] está aludindo a uma função da linguagem outra que aquela que proviria uma explicação das características do mundo. A distinção entre asserção e não-

asserção é uma distinção formal entre uso da linguagem descritivo e não-descritivo (assim “não aberto a discussão”) (1984, p.143).

Novamente aqui, é reconhecível a tensão entre diferentes imagens da linguagem no corpus sextiano: por um lado, a linguagem aparece não como sistema de representação do mundo/fenômeno, mas como *instrumento de ação*; por outro, ainda parece duplicar-se em um fundo e uma superfície: a mesma *forma* lingüística superficial da linguagem pode “esconder” um fundo assertório ou não-assertório.

O ceticismo, é bom não esquecer, pretende ser uma terapia para a doença dogmática. E a maneira como o cético quer curar a presunção e a precipitação dogmáticas é com o poder da argumentação (PH III 280); ainda que se trate de um remédio que deve eliminar o dogmatismo e ser, ele mesmo, eliminado – à pena de se tornar, ele próprio, uma doença. Tudo deve ser jogado para fora do corpo: as afirmações dogmáticas, as afirmações céticas. O discurso do pirrônico, uma vez compreendido, é desnecessário. É um discurso auto-destrutivo.

Porque sendo *ou mallon* – não mais <verdadeiro> do que <falso> –, o discurso do próprio cético é auto-consumido. Tanto as expressões céticas quanto a asserção e, ainda, o discurso que fala como as coisas nos atingem devem ser queimados, jogados fora, purgados, segundo o cético pirrônico.

Fogo, escada, purgante. Essas são as metáforas utilizadas por Sexto Empírico para falar da linguagem. Fogo que apaga depois de ter consumido o combustível (M VIII 480); remédios purgativos que são expurgados do corpo junto com a doença (PH I 206; cf. PH II 188; M VIII 480-481); e escada que é lançada longe depois de se ter subido por ela para um andar mais alto (M VIII 481):

Como purgativos, que depois de conduzirem os fluidos para fora dos corpos são também expelidos, os argumentos contra a prova, depois de abolirem cada prova, podem também se [auto-]cancelar. E assim como não é impossível que um homem que tenha subido a um lugar mais alto com a ajuda de uma escada derrube a escada com seu pé depois da subida, assim também o cético, depois de ter chegado à demonstração de sua tese por meio de argumento provando a não-existência da prova, como se fosse por uma escada, deve então abolir esse mesmo argumento (M VIII 480-481).

Acreditamos que se possa interpretar com a mesma inclinação tanto do que queima, do que nos faz ultrapassar e do que se expurga. São todas medicina de renúncia, tanto de dizer quanto de desdizer.

A afasia cética, conforme vimos, não quer dizer do mundo: é, antes, uma *afasia suspensiva*, que segue o modo de filosofar pirrônico. Para Sexto Empírico, a linguagem funciona assim: ela fala como as coisas lhe aparecem, sem que ele a invista de qualquer valor de verdade. Enfim, a linguagem funciona para o pirrônico na medida em que ele é um cronista que, ao contrário dos dogmáticos, não se precipita em afirmar verdades, em descrever o mundo como ele realmente é.

O fato de que Sexto Empírico não constrói verdades por si, mas que as certezas que ele enfrenta são aquelas erigidas pelos dogmáticos e dos especialistas das artes liberais faz com que J. Annas e J. Barnes defendam a idéia de que o discurso cético de Sexto Empírico é *ad hominem*: ele parte da própria filosofia para miná-la *por dentro* – e atingir seu principal alvo: os dogmáticos (2000, p.xxix). De fato, as crenças e opiniões analisadas por Sexto, como vimos, são contraditórias segundo a própria lógica dogmática, que deve ser respeitada por seus autores – dogmáticos.

Sobre isso, Stough faz duas observações (contrárias) sobre o tema. Primeiro, diz que mesmo uma declaração sobre o evidente, como “é dia”, não pode ser objeto de contradição por alguém que diga “não é dia”, porque não é uma crença o que Sexto está defendendo (Stough, 1984, p.139). Mais adiante no seu texto, defende que, como falante de uma língua compartilhada pelos costumes tradicionais de dada sociedade, também o pirrônico aceita os princípios lógicos da sua cultura, como: *se há luz é dia; se você está andando você está se movendo*. Essas relações, como leis que lhes foram transmitidas, o persuadem como princípios norteadores da vida comum. Conclui Stough que: “O assentimento é ‘inevitável’ [*necessitated*], o que significa, nesse caso: pressuposto pelas práticas lingüísticas da comunidade” (1984, p.156).

Na primeira observação, Stough libera os pirrônicos do princípio de não-contradição, aquele que aparentemente conduziria o cético à suspensão de juízo toda vez que coloca dois argumentos (contraditórios) em conflito. Em seguida, parece afirmar que o cético, como toda gente, segue esse princípio como um costume culturalmente herdado.

Acreditamos que, como o pirrônico é também um filósofo, o que ele está fazendo ao escrever seus tratados é filosofia. Assim, pensamos que o uso sextiano do princípio da não-contradição deve ser entendido no escopo da filosofia dogmática.¹³ Ao

¹³ Para alguns autores, a habilidade de equilibrar afirmações contraditórias mostra como mesmo o cético confirma o princípio dogmático da não-contradição. Apontam, por exemplo, que em várias ocasiões Sexto Empírico afirma que é *irracional, impossível, extremamente absurdo* dizer da mesma coisa que ela

mesmo tempo, concordamos com Stough no sentido de que “o assentimento é ‘inevitável’”, quer dizer, que há um hiato problemático entre o desejo pirrônico de não asseverar e o que realmente acontece com seu próprio discurso. Se Sexto parece contar com uma força exterior e anterior do falante sobre o que diz, a própria linguagem é já uma prática que exerce uma força coercitiva sobre os falantes, em que não há duplicação entre um querer-dizer e o que é de fato dito.

Parece que Sexto Empírico estava ciente do risco de se auto-contradizer e, daí, querer desnudar sua linguagem de toda assertividade, ambição que, como vimos, o afastaria em parte do pragmatismo wittgensteiniano, assim como no caso de Pirro. Não é uma asserção o que o cético faz, embora pareça. Asserção e não-asserção têm o mesmo aspecto, mas não são do mesmo tipo; não possuem o mesmo status já que se experimenta o *pathos* sem asseverar o enunciado que diz dessa experiência (cf. Sluiter, 2000; Brunschwig, 1997; Barnes 1990, p.2625; Stough 1984, p.160). Mesmo quando o cético faz uso de suas expressões céticas, ele não dogmatiza.

Sexto investe na idéia de que a linguagem pode funcionar desse modo, sem resvalar em quaisquer dogmatismos. Como lembra Stough, o pirrônico sustenta sua atitude de não-asserção até o ponto em que não conclui ser a verdade impossível de ser descoberta, como os acadêmicos; e até que, como os dogmáticos, a verdade lhe seja dada a descoberto (1984, p.161). Ou, segundo Barnes, “a linguagem de Sexto é escrupulosamente cuidadosa”, porque ele não queria incorrer em um dogmatismo negativo, mas tão-somente se abster de afirmar verdades (1982, p.10). O autor faz uma associação importante para esta tese entre aquela alegoria que vimos acima, em que Sexto Empírico compara a impossibilidade de conhecimento sobre a realidade e o jogo de arco-e-flecha às escuras (M VIII 325), e a linguagem. Diz Barnes que: “O pirrônico não está preocupado se o dogmático *sabe* que ele sabe que P. Ele está preocupado se o dogmático vai *asseverar* [*claim*] que P. O arqueiro pode de fato acertar o alvo – mas ele não pode afirmar tê-lo acertado” (1999, p.142).

Enfim, vários pontos de tensão aparecem nessa explicação pirrônica do funcionamento da linguagem, alguns já levantados ao longo dessa análise.

é, ao mesmo tempo, *x* e não-*x* – porque tal raciocínio “é contrário à evidência dos sentidos” (M X 165-166; cf.; M VIII 52; M VIII 344; M X 21). (Spinelli (1991, p.61, n.4) lista uma série de autores que pensam que a argumentação cética escapa aos princípios lógicos de identidade e não-contradição, bem como uma outra série de autores que crêem que ela não escapa).

O fato de o cético não asseverar leva alguns comentadores, como Porchat, a ver um pragmatismo ostensivo como a concepção de linguagem pressuposta por Sexto Empírico, uma vez que o discurso pirrônico seria “mero instrumento de ação” (Porchat, 1994, p.100), em contraposição ao discurso que pretende falar além do que se vê:

A dúvida se põe a propósito de um discurso (*lógos*) que, falando do “fenômeno”, pretende desvelar sua essência ou razão (*lógos*), isto é, a propósito de um *discurso humano* que se propõe como interpretação da aparência fenomênica e como desvelamento do *discurso interno* do objeto, manifestando o *ser* para além do *aparecer* (Porchat, 1994, p.128).

Nesse ponto parece a princípio haver completa sintonia entre Sexto e Wittgenstein. A evidência não é inefável – o cético fala dela, mas sem o peso da veracidade. No entanto, como vimos anteriormente e veremos ainda mais adiante, aqui reside também um ponto crucial de dissensão: não há para Wittgenstein o contraste entre aparência e essência que se supõe na perspectiva cética.

Stough também vê um pragmatismo na visão de linguagem pressuposta por Sexto: “O discurso cético tem a função *pragmática* de informar aos outros dos estados mentais e perceptuais que determinam suas ações.” (1984, p.144). Nesse ponto discordamos, em parte, de Stough: pois, novamente aqui, reconhecemos, não um pragmatismo resoluto, mas antes certa hesitação entre visões pragmáticas e representacionistas da linguagem. Nossa diferença quanto à posição de Stough possivelmente se relaciona justamente ao modo como emprega a expressão *função pragmática* na passagem citada: se por um lado concordamos com sua percepção de que os enunciados do cético não erguem pretensão de verdade, mas funcionam, antes, como meio de sua inserção numa práxis, por outro, parece-nos estranho supor que tal práxis envolva centralmente a *informação* de estados mentais e perceptuais supostamente “determinantes de ações”. Do ponto de vista radicalmente pragmático de um Wittgenstein, como vimos, a linguagem *é* ação; não se aplicaria a dissociação referida.

Vimos que é compatível com o pragmatismo wittgensteiniano a visão de que a linguagem serve à exteriorização do *pathos* – por exemplo, quando exclamamos “Que dor!”. A noção de Wittgenstein parece de fato aproximar-se da exteriorização sextiana, em que os enunciados lingüísticos não descrevem fatos do mundo, “as coisas como elas realmente são”. No entanto, convém observar que Wittgenstein se afasta de Sexto aqui sob pelo menos dois aspectos relevantes para a nossa discussão. Em primeiro lugar, a exteriorização wittgensteiniana não é uma narração, uma alusão, mas é em si mesma um

agir. Como vimos, mesmo quando dizemos de nossas sensações, não relatamos ou testemunhamos o que se passa conosco, mas manifestamos um comportamento (por exemplo, de dor).¹⁴ Nesse sentido, exteriorizar é algo que se aproxima mais do gesto e do grito do que da narrativa, do relato. Além disso, o exteriorizar o que se passa é, para Wittgenstein, *uma* dentre as irredutíveis possibilidades de uso da linguagem, ao passo que, em Sexto, parece por vezes constituir o uso paradigmático da linguagem.

Também vimos que, se essa visão de linguagem instrumentalista/pragmática explica como é possível para o cético viver – e falar – na sociedade em que vive, ela beira a incongruência quando Sexto Empírico usa a metalinguagem, quer dizer, quando ele explica o modo de filosofar cético, e suas expressões céticas. Como também nota Barnes, a auto-contradição é mais ameaçadora quando Sexto quer explicar o ceticismo (1990, p.2690; cf. Stough, 1984, p.144, n.12).

A defesa pirrônica seria que falar adoxasticamente seria uma espécie de *logos a-lógico* (cf. Spinelli, 1991), uma outra lógica, em que as expressões lingüísticas não têm peso ontológico por si mesmas. Desse ponto de vista, a não-asserção cética, o esvaziamento de todo peso assertivo das palavras seria uma *outra* linguagem – uma lógica diferente, um *logos a-lógico*. Nesse ponto, poderíamos nos perguntar: isso não seria, então, contrariar a lealdade cética ao aparente? Recusar a linguagem *assim como nos aparece*, em benefício de um funcionamento supostamente mais correto? De fato, um ponto de tensão no funcionamento da linguagem como entendido pelos pirrônicos está na necessidade de eliminação das expressões lingüísticas à pena de se tornarem, elas mesmas, uma doença. É interessante que essa tensão também já apareceu naquele que é o modelo comparativo para as imagens lingüísticas presentes em Sexto Empírico. Wittgenstein, no *Tractatus*, emulou a metáfora da escada de Sexto Empírico da seguinte forma:

6.54 Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela).

Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente (Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus*).

¹⁴ Naquela ocasião, já atentamos para o fato de que há situações em que a exteriorização pode se aproximar de uma narração (quando se descreve os sintomas de uma dor para um médico, por exemplo).

A *escada de Wittgenstein* ganhou várias interpretações, sendo possível a construção de tese à parte. Para os fins desta nossa, contudo, queremos ressaltar: (i) por um lado, o deslocamento do problema para o Wittgenstein das *Investigações filosóficas*, não mais de uma necessidade de jogar fora a escada, uma vez que tudo está já ao alcance dos olhos; e, (ii) por outro, e conseqüência disso, o fato de que ainda que ele passe a dizer que tudo está às vistas, há a questão de que a linguagem também pode enfeitiçar, também pode ter armadilhas, visto que os filósofos são vítimas que se deixam facilmente capturar. Assim, a linguagem está bem como está, mas pode ser ao mesmo tempo um *feitiço*, um território de *armadilhas* (IF § 109; cf. *Zettel* § 690; *Da certeza* § 435; *Cultura e valor*, p.35). Essa é uma questão também indecisa em Sexto, cujo imperativo pelo uso da linguagem tal como nos aparece convive com um contraste entre aparência e essência, que se furta de dizer sobre aquilo que *é*. Tanto em Sexto quanto em Wittgenstein essas armadilhas estariam ligadas aos usos filosóficos. Tanto em um caso como em outro, põe-se em situação delicada a própria linguagem que utilizam – como filósofos que são. Entretanto, percebemos que a divisão entre aparência e essência que resiste no discurso pirrônico já não comparece mais no Wittgenstein das *Investigações*, para quem esse almejado controle externo da linguagem, esse poder de filtrá-la de todo peso assertivo, seria apostar em uma preparação anterior ao ato da fala, quando o falar já é uma ação. Assim, a idéia de um cronista, aquela que o pirrônico pretende sustentar, privilegiaria ainda a *informação* como uso paradigmático da linguagem – quando, nos termos do pragmatismo wittgensteiniano, esse informar já é um agir em si mesmo, e constitui apenas uma das múltiplas formas possíveis de se usar a linguagem.

Finalmente, a se somar a idéia de uma linguagem simbólica à afasia cética, a indecidibilidade das perspectivas de linguagem pressupostas em Sexto Empírico volta a rondar nossa tese. O narrar, o relato de um estado em que o pirrônico se encontra de maneira passiva pode, claro, se utilizar de signos. Também não há incongruência se esse signo, como definido pelos estóicos e ratificado por Sexto, não pretender descrever o mundo nem falar do não-evidente, mas tão-somente associar hábitos e costumes. De modo que o signo mnemônico também pode ser usado de maneira não-dogmática. Ele liga duas afecções ligadas pela lembrança daquilo que ele viveu, já que o pirrônico é aquele que suspende o juízo sobre o não-aparente. A se conjugar o cronista cético à noção de signo mnemônico, então o signo é que deve ser eliminado – seria o signo mnemônico aquele suscetível de se tornar doença. Ao mesmo tempo, o contraste entre

essência e aparência subsistiria, quando o cético suspensivamente diz que o *sêmeion* é não mais existente do que não existente. Também conviveria no signo mnemônico, conforme já apontamos, a idéia de que há uma associação anterior ao ato de fala, formando um híbrido entre uma imagem representacionalista e pragmática de linguagem.

Contudo, um ponto vago na junção entre signo mnemônico e a idéia de um pirrônico cronista é que, para narrar, contar o que se passa, ele não precisa associar duas lembranças que se ligam de maneira associativa, vividas no passado. Assim, gostaríamos de atentar para o fato de que a visão de linguagem como testemunho independe da idéia de signo – seja ele indicativo ou mnemônico. Por isso, acreditamos que Sexto só não jogou de antemão os signos mnemônicos fora, porque, como dissemos, seu objetivo nunca foi formular uma perspectiva de linguagem, não era seu objetivo a precisão técnica para tal.¹⁵ É por isso, também, que testemunhamos em seus textos proto-imagens do que vieram a ser o representacionalismo e o pragmatismo como os entendemos contemporaneamente.

Vamos agora à análise propriamente dita daquele que é o objeto principal desta tese: o tratado *Contra os gramáticos*.

¹⁵ Ao mesmo tempo, nos permitindo um *jogo livre de significantes*, é interessante para a terapia cética que *comemorativo* (termo também empregado para os signos mnemônicos) também signifique “relativo ao estado de um paciente anterior a sua doença atual, ou informação com fins diagnósticos sobre esse estado” (Dicionário Houaiss).